



INFORMATIVO

JUNHO | 2020

podemos

CÂMARA

ATUAÇÃO PARLAMENTAR DIGITAL: MESMO EM TEMPOS DE PANDEMIA O TRABALHO DE DIEGO GARCIA NÃO PARA

Pág. 10

Deputado Federal
Diego Garcia (PR)

PL DE BRAIDE GARANTE DISTRIBUIÇÃO DE MERENDA A ESCOLAS COMUNITÁRIAS

Pág. 4

DEPUTADO JOSÉ NELTO PROPÕE PRORROGAÇÃO DE AUXÍLIO EMERGENCIAL DE R\$ 600

Pág. 10

EM CARNAÍBA, PODEMOS TERÁ GLEYBSON MARTINS NA DISPUTA PELA PREFEITURA

Pág. 16





SUMÁRIO

- 3** Medeiros quer CPI para investigar abusos de autoridade
- 4** PL de Braide garante distribuição de merenda a escolas comunitárias
- 5** Igor Timo defende abertura gradual do comércio e serviços
- 6** Projeto permite adoção de crianças e adolescentes por casais homossexuais
- 7** Dr. Sinval Malheiros comemora aprovação de projeto que garante testagem prioritária a profissionais de saúde
- 8** Atuação parlamentar digital: Mesmo em tempos de pandemia o trabalho de Diego Garcia não para
- 10** Deputado José Nelto propõe prorrogação de auxílio emergencial de R\$ 600
- 11** Roberto de Lucena quer punição mais rigorosa para quem receber indevidamente auxílio emergencial
- 12** A deputada federal Dra. Patrícia Ferraz (Podemos/Amapá) foi a sétima candidata mais votada no estado e conquistou 12.950 votos nas eleições para deputada federal.
- 14** Léo Moraes se destaca no combate aos abusos do Setor Elétrico
- 15** Renata Abreu pede atenção redobrada à violência doméstica na quarentena
- 16** Em Carnaíba, Podemos terá Gleybson Martins na disputa pela prefeitura



MEDEIROS QUER CPI PARA INVESTIGAR ABUSOS DE AUTORIDADE

“APRESENTEI REQUERIMENTO PARA CRIAÇÃO DE COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CPI PARA INVESTIGAR, EM UM PRAZO DE 120 DIAS, EVENTUAIS CASOS DE ABUSOS DE AUTORIDADES QUE VÊM SE ACUMULANDO NO BRASIL.”

O deputado federal, José Medeiros (Podemos/MT), oficializou requerimento, nos últimos dias, e trabalha a proposta de uma Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI para investigar, em um prazo de 120 dias, eventuais casos de abusos de autoridades que vêm se acumulando no Brasil.

A iniciativa do parlamentar se baseia em casos concretos e flagrantes de exageros em medidas tomadas por autoridades públicas de diferentes setores, que acabaram por extrapolar os direitos individuais de cidadãos em várias cidades do país.

“Como justificamos no requerimento, foram diversas violações a direitos humanos e de usurpação de poder por diversas autoridades, que acabaram invadindo competências de outros poderes e tratando cidadão inocente feito bandido. Isso, definitivamente, não pode passar em branco”, comentou.

Embora cite os casos de uma mulher que foi detida por caminhar em uma praça em Araraquara-SP e um idoso pernambucano que foi abordado na orla da Praia de Boa Viagem e levado à delegacia, Medeiros afirmou que a ideia não é perseguir ninguém, mas colocar em pratos limpos o que se passou.

“Uma situação atípica como a que vivemos nessa quarentena e eventuais outras que surgirem não podem ser o motivo para a criação de superpoderes e muito menos para que cidadãos percam na figura do Estado a confiança e uma base de apoio”, considerou Medeiros.

Ainda sobre o papel de uma CPI, o deputado elencou na sua justificativa que o trabalho consiste em um “instrumento importante de fiscalização dos atos da administração pública, de garantia da ética e da moralidade, da defesa do Estado Democrático de Direito, aperfeiçoamento do processo legislativo e de informação à sociedade”.



PL DE BRAIDE GARANTE DISTRIBUIÇÃO DE MERENDA A ESCOLAS COMUNITÁRIAS

“CELEBRAMOS A APROVAÇÃO DO MEU PROJETO QUE AUTORIZA A DISTRIBUIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR ÀS FAMÍLIAS DOS ESTUDANTES DE ESCOLAS COMUNITÁRIAS DURANTE O PERÍODO DE SUSPENSÃO DAS AULAS POR CONTA DA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS.”

Por unanimidade, foi aprovado o Projeto de Lei 2159/2020, de autoria do deputado federal Eduardo Braide, que autoriza a distribuição de merenda escolar às famílias dos estudantes de escolas comunitárias durante o período de suspensão das aulas por conta da pandemia do coronavírus.

“Estou muito feliz por garantir esse benefício a essas instituições de ensino nesse período de pandemia. Elas são responsáveis pela educação de um número significativo de alunos e estão onde há a carência na prestação do serviço pelos municípios, sendo provedoras da educação e também da alimentação regular desses alunos”, comemorou Braide.

A Lei 13.987/20, publicada em abril, já autorizou a distribuição dos alimentos adquiridos com os recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) aos pais ou responsáveis dos alunos de 0 a 17 anos matriculados nas escolas públicas de educação infantil (creche e pré-escola), ensino fundamental e ensino médio.

Contudo, o PL 2159/2020 alterou um dispositivo da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, estendendo a distribuição de merenda escolar, com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) aos alunos matriculados nas escolas comunitárias. No Brasil, mais de 1 milhão (1.051.906) de crianças vão ser contempladas com a extensão do benefício. Só no Maranhão, quase 57 mil crianças (56.736) de 73 cidades, incluindo São Luís, serão contempladas com a medida.

“Só em São Luís conseguiremos beneficiar mais de 30 mil crianças que frequentam as escolas comunitárias. Com as aulas suspensas, essas crianças precisam ter a garantia mínima da alimentação. Certamente, a merenda escolar servirá para amenizar essa necessidade básica”, afirmou Braide.

Com a aprovação na Câmara dos Deputados, o PL 2159/2020 seguiu ao Senado Federal, para depois ir à sanção presidencial.

“PRECISAMOS RETOMAR ÀS NOSSAS VIDAS, NOS ADAPTANDO À ESSA NOVA REALIDADE. PARA ISSO, SUGERI PROCEDIMENTOS QUE BUSCAM MITIGAR A CONTAMINAÇÃO DA DOENÇA, PERMITINDO ASSIM, A RETOMADA GRADUAL DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS.”



IGOR TIMO DEFENDE ABERTURA GRADUAL DO COMÉRCIO E SERVIÇOS

A pandemia do Coronavírus é uma preocupação não só para a saúde pública do Brasil, mas também para economia que foi afetada, desde a confirmação dos primeiros casos da doença, em março deste ano, quando foram anunciadas as primeiras medidas preventivas, por parte do governo federal, estadual e dos municípios, como o isolamento social e fechamento do comércio.

Para não haver perdas mais drásticas, além das que já ocorreram como desemprego em massa, Igor Timo, deputado federal e presidente estadual do Podemos-MG, apresentou o Projeto de Decreto Legislativo 161/2020 que altera a portaria nº 356, de 11 de março, para possibilitar a reabertura gradual do comércio e serviços, com utilização de máscaras e aferição de temperatura.

“Precisamos retomar as nossas vidas, nos adaptando a essa nova realidade. Para isso, sugerimos procedimentos que buscam mitigar a contaminação da doença, permitindo assim, a retomada da economia do país”, finalizou Igor Timo.



“O PARLAMENTO PRECISA RECONHECER O DIREITO DE CASAIS HOMOAFETIVOS DE ADOPTAR CRIANÇAS E ADOLESCENTES. ATUALMENTE A ADOÇÃO, NO BRASIL, SÓ É PERMITIDA PARA HETEROSSEXUAIS QUE CONTRAÍRAM MATRIMÔNIO, QUE ESTÃO EM UNIÃO ESTÁVEL E HOMENS E MULHERES SOLTEIROS. ISSO REVELA QUE NOSSA LEGISLAÇÃO ESTÁ ULTRAPASSADA E DEVE SER ATUALIZADA.”

Junho é o mês do Orgulho Gay e para ajudar a comunidade a vencer as barreiras do preconceito, o deputado Bacelar (Podemos/BA) apresentou, nesta sexta-feira (19), um projeto de lei (PL 3435/2020) que reconhece o direito de casais LGBT de adotarem crianças e adolescentes. Atualmente a adoção, no Brasil, só é permitida para heterossexuais que contraíram matrimônio, que estão em união estável e homens e mulheres solteiros.

Ao argumentar o parlamentar baiano afirmou que a legislação brasileira está ultrapassada e não acompanhou a evolução da sociedade. “O mundo evoluiu. Não estamos mais no século 18. A instituição familiar passou por mudanças e a lei precisa acompanhar. O projeto visa corrigir estas distorções e atualizar a nossa legislação. Não permitir a adoção é um ato discriminatório que precisamos lutar contra” afirmou.

Ele lembrou ainda que o Supremo Tribunal Federal já reconhece o casamento homoafetivo, mas que ainda são frequentes casos de casais que travam longas batalhas judiciais para conseguir realizar a paternidade. Hoje, o país tem 4,9 mil crianças e adolescentes à espera de pais adotivos. “A garantia do direito à adoção é urgente. Temos centenas de jovens que precisam de um lar e que estão crescendo sem uma família que lhes dê o afeto necessário para seu pleno desenvolvimento por falta de uma legislação clara” defendeu.

PROJETO PERMITE ADOÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES POR CASAIS HOMOSSEXUAIS

DR. SINVAL MALHEIROS COMEMORA APROVAÇÃO DE PROJETO QUE GARANTE TESTAGEM PRIORITÁRIA A PROFISSIONAIS DE SAÚDE

“MEU PROJETO GARANTE TESTAGEM PRIORITÁRIA A TODOS OS PROFISSIONAIS QUE ESTÃO TRABALHANDO DIRETAMENTE NO COMBATE AO CORONAVÍRUS. PRECISAMOS QUE ESTES PROFISSIONAIS SEJAM DIAGNOSTICADOS E TRATADOS DE FORMA RÁPIDA, GARANTINDO A CONTINUIDADE DOS SERVIÇOS DE SAÚDE AOS DEMAIS USUÁRIOS”



O médico e deputado federal Dr. Sinval Malheiros (Podemos-SP) comemorou a aprovação do projeto de Lei 1409/20 que dá prioridade na testagem do novo coronavírus a profissionais que atuam no combate à Covid-19 e estão em contato direto com pessoas contaminadas, caso dos profissionais de saúde e dos agentes funerários.

O projeto determina ainda que empregadores forneçam, gratuitamente, equipamentos de proteção aos profissionais que atuam em atividades essenciais e em contato direto com portadores ou possíveis portadores do coronavírus, considerando os protocolos indicados para cada situação.

“Este importante projeto garante testagem prioritária a todos os profissionais que estão trabalhando diretamente no combate ao coronavírus. Precisamos que estes profissionais sejam diagnosticados e tratados de forma rápida, garantindo a continuidade dos serviços de saúde aos demais usuários”, explica o parlamentar.

CATEGORIAS

A prioridade em testes vale para os seguintes profissionais: médicos; enfermeiros; fisioterapeutas; psicólogos; assistentes sociais; policiais e bombeiros; guardas municipais; integrantes das Forças Armadas; agentes de fiscalização; agentes comunitários de saúde; agentes de combate às endemias; técnicos de enfermagem; motoristas de ambulâncias; biólogos, biomédicos e técnicos em análises clínicas; trabalhadores de serviços funerários e de autópsia; profissionais de limpeza; farmacêuticos, bioquímicos e técnicos em farmácia; dentistas; e outros profissionais que sejam convocados a trabalhar durante o período de isolamento social e que tenham contato com pessoas ou com materiais que ofereçam risco de contaminação pelo coronavírus.

Dr. Sinval argumenta que, dessa maneira, haverá garantias de que não faltarão profissionais de saúde para cuidar dos demais pacientes. A matéria já foi aprovada pelo Senado Federal e aguarda sanção presidencial.

ATUAÇÃO PARLAMENTAR DIGITAL: MESMO EM TEMPOS DE PANDEMIA O TRABALHO DE DIEGO GARCIA NÃO PARA

“ESTAMOS VIVENDO UMA SITUAÇÃO MUITO DELICADA. HÁ MUITA DESINFORMAÇÃO, EXCESSO DE INFORMAÇÃO, PESSOAS ENTRANDO EM DEPRESSÃO, OS PAIS NÃO SABENDO DIREITO LIDAR COM AS ATIVIDADES ESCOLARES DOS FILHOS... POR ISSO É FUNDAMENTAL QUE ESTEJAMOS PRESENTES TAMBÉM NESSE MOMENTO PARA ESSAS FAMÍLIAS, TRAZENDO CONHECIMENTO E ORIENTAÇÃO PARA QUEM MAIS PRECISA”

Protagonizando mais de 30 lives com especialistas, ministros de Estado e mandatários, o parlamentar tem reinventado o seu mandato durante a situação do coronavírus

Mesmo com o distanciamento físico do Congresso Nacional, os parlamentares não ficaram parados. A Câmara dos Deputados se adaptou à atual situação de pandemia do COVID-19 e tem realizado, todas as semanas, sessões virtuais com discussões e votações de propostas urgentes para o país. E com o mandato do deputado federal Diego Garcia (Podemos-PR) não foi diferente. Desde que as medidas de isolamento social foram determinadas, o parlamentar vem promovendo debates com diversos especialistas, ministros de Estado, entidades e mandatários do Paraná, por meio de suas redes sociais. Já são mais de 30 lives realizadas para trazer mais transparência e informação à população.

No último mês, Garcia foi o anfitrião dos debates com a Ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos Damares Alves, e com a Secretária Nacional da



Família Angela Gandra, onde tiveram a oportunidade de discutir os principais temas que envolvem a família, as tentativas de descriminalização do aborto e a parceria do parlamentar como Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Vida de da Família com o Governo Federal. Em maio, o deputado também promoveu uma live com o ex-Ministro da Educação Abraham Weintraub para informar a população sobre os programas que vêm sendo desenvolvidos pelo Ministério em prol da melhoria da alfabetização no Brasil, tirar dúvidas sobre as alterações de datas do ENEM, entre outros temas. Mais de mil pessoas estiveram ao vivo acompanhando o debate.

Além das lives com autoridades e representantes do Governo Federal, Diego Garcia também vem promovendo encontros virtuais com especialistas em saúde, educação domiciliar e atividades físicas, com o objetivo de proporcionar mais conhecimento e orientações às pessoas sobre como lidar com essa pandemia dentro de casa e com a família. “Estamos vivendo uma situação muito delicada. Há muita desinformação, excesso de informação, pessoas

entrando em depressão, os pais não sabendo direito lidar com as atividades escolares dos filhos...Por isso é fundamental que estejamos presentes também nesse momento para essas famílias, trazendo conhecimento e orientação para quem mais precisa”, afirma Garcia.

Diego Garcia também não deixou de “visitar” os municípios paranaenses e realizar a entrega das emendas parlamentares. Toda semana, ele também realiza lives com representantes das cidades e entidades contempladas com os recursos destinados por ele. Uma forma também de dar mais transparência e oportunidade à população de fiscalizar o dinheiro que está sendo aplicado no município.

SESSÕES VIRTUAIS

Desde a implementação do novo sistema na Câmara dos Deputados, já foram realizadas 43 sessões (até 19/06). Os debates continuam públicos e são transmitidos pela TV Câmara e pelo canal do Youtube.

O deputado federal José Nelto, por meio do Projeto de Lei N° 2791, propõe estender o pagamento do auxílio emergencial por, ao menos, mais três meses, devido às perspectivas de permanência do coronavírus e das medidas de distanciamento social que afetam a economia.

No dia 2 de abril de 2020, foi publicada a Lei nº 13.982, que instituiu medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de calamidade pública imposto pelo novo coronavírus (Covid-19).

Uma das medidas foi a criação do benefício assistencial, que ficou instituído, após amplo debate no Congresso Nacional e no Poder Executivo, no valor de R\$ 600,00 mensais. Esse benefício deveria ser pago pelo período de três meses, e ser concedido aos que cumprirem seus requisitos, tais como não possuir emprego formal, entre outros.

“Consideramos prudente que o Congresso Nacional amplie a duração do auxílio em questão por no mínimo

mais três meses. Estou propondo essa prorrogação e também que o Executivo possa prorrogar por prazo maior, se for o caso”, explica.

Porém, na contra-mão dos anseios populares, o ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou a possibilidade de estender a concessão do auxílio emergencial por apenas mais um ou dois meses. Mas, para isso, defende que o valor de R\$ 600 seja cortado para R\$ 300.

“O que vemos é mais uma incongruência do governo Bolsonaro. Quando candidato, deu ênfase a um projeto que constava no plano de Governo, para garantir a renda mínima para a população, além do aprimoramento do Bolsa Família. Agora, o próprio Governo Federal quer pagar auxílio de R\$300 aos brasileiros por apenas mais um ou outro mês, enquanto a proposta da renda mínima seria fixa. Parece brincadeira com a cara dos cidadãos brasileiros”, frisa Nelto.



DEPUTADO JOSÉ NELTO PROPÕE PRORROGAÇÃO DE AUXÍLIO EMERGENCIAL DE R\$ 600

“CONSIDERO PRUDENTE QUE O CONGRESSO NACIONAL AMPLIE A DURAÇÃO DO AUXÍLIO EMERGENCIAL POR NO MÍNIMO MAIS TRÊS MESES. ESTOU PROPONDO ESSA PRORROGAÇÃO E TAMBÉM QUE O EXECUTIVO POSSA PRORROGAR POR PRAZO MAIOR, SE FOR O CASO.”



ROBERTO DE LUCENA QUER PUNIÇÃO MAIS RIGOROSA PARA QUEM RECEBER INDEVIDAMENTE AUXÍLIO EMERGENCIAL

“QUEM FIZER O USO INDEVIDO DO AUXÍLIO EMERGENCIAL DEVERÁ PAGAR O DOBRO DO BENEFÍCIO. A PUNIÇÃO PARA AQUELES QUE TIRAREM VANTAGEM DA AJUDA FINANCEIRA DO GOVERNO, LIBERADA NO PERÍODO DE PANDEMIA DO CORONAVÍRUS, ESTÁ PREVISTA NO MEU PROJETO DE LEI.”

Quem fizer uso indevido do auxílio emergencial deverá pagar o dobro do benefício. A punição para aqueles que tirarem vantagem da ajuda financeira do governo, liberada no período de pandemia do coronavírus, está prevista no Projeto de Lei apresentado pelo secretário de Transparência da Câmara, deputado federal Roberto de Lucena (PODE/SP).

Segundo o parlamentar, tem sido rotineira a publicação de notícias que trazem à tona casos de desvio de finalidade no uso do benefício garantido pelo governo a trabalhadores informais. Para Lucena, a situação deve receber uma punição adequada.

“É legítimo é importante que a sociedade queira combater a corrupção no mundo político. Mas é triste quando recebemos notícias de cidadãos que exigem atitudes honestas de seus representantes, e ao mesmo tempo são capazes, por exemplo, receber o auxílio emergencial indevidamente. Se esquecem que esses valores poderiam ajudar quem de fato necessita e que esse desvio é um ato de corrupção. Essa atitude cruel deve ser veemente combatida e ser punida com rigor”, defende Roberto de Lucena.

Entre as medidas de enfrentamento à Covid-19, previstas na lei 13.982/2020, está o benefício. Cerca de 50 milhões de brasileiros foram contemplados. Mas, por enquanto, só são obrigados a devolver o valor quem obtiver, em 2020, rendimento

tributável no Imposto de Renda. Atualmente, a Receita Federal considera como o valor tributável a renda anual de R\$ 28.559,70 mil.

A medida também prevê a cobrança de juros, caso a devolução não seja realizada dentro de um ano.

O deputado, que é coordenador da Frente Parlamentar de Combate à Corrupção, reforça que a ressarcimento ao erário é necessário para a manutenção da ordem e do combate diário ao mau uso de recursos públicos.

“Como parlamentares temos que atuar na fiscalização. Não podemos permitir que o jeitinho brasileiro ou a vantagem vença. O auxílio veio para socorrer as pessoas e não para alimentar os que querem usar sem responsabilidade ou merecimento. O bom uso do dinheiro público deve ser priorizado, independente da circunstância”, alerta Roberto de Lucena.

De acordo com levantamento da Controladoria Geral da União (CGU), cerca de 160 mil brasileiros acessaram indevidamente o auxílio emergencial. Entre os beneficiados estão pessoas que moram no exterior, presidiários ou aqueles que possuem patrimônio incompatível com a renda suficiente para cadastro junto ao programa.

Com informações da Assessoria de Comunicação da Liderança do Podemos na Câmara.

A DEPUTADA FEDERAL DRA. PATRÍCIA FERRAZ (PODEMOS/AMAPÁ) FOI A SÉTIMA CANDIDATA MAIS VOTADA NO ESTADO E CONQUISTOU 12.950 VOTOS NAS ELEIÇÕES PARA DEPUTADA FEDERAL.

“ PERMANECI 200 DIAS TRABALHANDO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS E PARTICIPEI DE COMISSÕES E DEBATES DE GRANDE INTERESSE PARA OS BRASILEIROS E PARA O POVO DO AMAPÁ. GARANTI A APROVAÇÃO DE MEDIDAS PARA AMENIZAR OS EFEITOS DA PANDEMIA MUNDIAL DO NOVO CORONAVÍRUS COMO O QUE ISENTA IMPOSTOS DE EPI'S ENQUANTO O PAÍS ENFRENTAR ESTADO DE CALAMIDADE. ”

Tornou-se a primeira suplente, assumindo em dezembro de 2019 a cadeira na câmara dos deputados durante a licença do deputado federal Vinícius Gurgel (PL).

Em março de 2020, assumiu como vice-líder do Podemos na câmara dos deputados.

Em 5 meses de mandato como deputada federal, protocolou mais de 50 projetos de lei como autora e coautora totalizando 115 propostas legislativas ao final dos 200 dias de mandato.

AÇÕES DURANTE A PANDEMIA:

A deputada federal dra. Patrícia Ferraz é membro da comissão externa do combate ao coronavírus, na câmara de deputados, na qual foi destaque nacional com suas propostas e soluções para a área da saúde.

Na mesma comissão foi muito atuante para o seu estado, articulando mais de 50 toneladas de doações de alimentos, EPI'S e medicamentos através da cruz vermelha brasileira, onde, a mesma solicitou à FAB dois aviões hércules para levar todos esses insumos ao estado do Amapá.



Conseguiu também por meio da White-Martins um tanque de oxigênio para ser instalado no hospital universitário do Amapá.

A deputada é coautora do PL 883/2019, que institui a odontologia hospitalar, e também do PL que originou a Lei nº 13.989, de 2020, que autoriza o uso da telemedicina. A proposta, aprovada na 1ª sessão remota da história da Câmara dos Deputados foi sancionada pelo Presidente e funcionará no período da pandemia do coronavírus.

É membro da comissão externa do combate ao coronavírus, na câmara dos deputados, propondo e acompanhando ações de prevenção e combate a pandemia.

Também está à frente do projeto de lei 714/2020 que autoriza o saque emergencial de valores do fundo de garantia do tempo de serviço (FGTS).

Na área da odontologia, Patrícia protocolou o PL 1.253/2020, a teleodontologia, que institui ações de tratamento à distância para os profissionais da odontologia. Junto ao também deputado federal, Kim Katagiri (DEMOCRATAS-SP), é autora do

projeto de lei PL 1875/2020 que aumenta a pena para quem cometer crimes contra a administração pública durante a pandemia de coronavírus.

É autora também do PL 1216/2020 que defende a prorrogação dos pagamentos aos beneficiados pelo INSS por 90 dias devido a ausência de condições sanitárias para realizar perícias em casos de decreto de calamidade pública, emergência nacional.

Como coautora, aprovou o PL 1176/2020 que isenta de impostos os EPI'S enquanto o país enfrentar estado de calamidade.

Em suas caminhadas, Patrícia Ferraz semeia a ideia de que a essência política deve ser a valorização do ser humano. Incluso o combate efetivo à violência, a defesa incessante pelo acesso digno à saúde pública, além do resgate da esperança do povo por um estado definitivamente para todos, com oportunidades e direitos iguais.

Assim, a Dra. Patrícia Ferraz deixará sua marca na história do Amapá e do Brasil, não sendo somente 200 dias de trabalhos, mas sim décadas de frutos e benefícios para toda a população brasileira.



LÉO MORAES SE DESTACA NO COMBATE AOS ABUSOS DO SETOR ELÉTRICO

“SOLICITEI A PRORROGAÇÃO DA RESOLUÇÃO NORMATIVA QUE PROÍBE O CORTE NO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA, POR FALTA DE PAGAMENTO, EM FUNÇÃO DOS EFEITOS ECONÔMICOS DA PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS.”

O líder do Podemos na Câmara, deputado federal Léo Moraes (PODE-RO), se colocou à disposição de toda a sociedade para fiscalizar o cumprimento da Lei 14.015/2020, sancionada no dia 15 de junho, que proíbe o corte de fornecimento de serviços públicos, como o de energia elétrica, sem a devida notificação ao consumidor, e aos finais de semana, sextas-feiras, feriados e vésperas de feriados.

Além disso, o parlamentar apresentou requerimento à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) solicitando a prorrogação da Resolução Normativa 878, que proíbe o corte no fornecimento de energia elétrica, por falta de pagamento, em função dos efeitos econômicos da pandemia do novo coronavírus. Após requerimento, a ANEEL prorrogou o prazo de validade da resolução para o dia 31 de julho de 2020.

O deputado Léo Moraes é um árduo combatente dos abusos cometidos no setor elétrico que dificultam o acesso da população de baixa renda ao serviço essencial de energia. Mais especificamente no Estado de Rondônia, o congressista fiscaliza e luta contra ações da empresa Energisa que prejudicam a população, principalmente no que diz respeito aos aumentos sucessivos de tarifas energéticas.

Na última semana, o congressista oficiou o diretor presidente da empresa Energisa de Rondônia, André Theobald, reforçando a aprovação dessas últimas normatizações para que a empresa de fato cumpra as regras previstas. “A medida precisa ser

cumprida e não aceitaremos qualquer desrespeito tanto com a regra quanto com os consumidores. Se for preciso acionar a justiça, nós acionaremos”, avisou o deputado.

Léo Moraes também critica a falta de fiscalização da ANEEL em relação às empresas de fornecimento de energia. “Essas empresas distribuidoras de energia elétrica só não ganham mais dinheiro no Brasil do que os bancos que chicoteiam a população há muitos anos. Eles aproveitam que a gente só pode comprar energia desses fornecedores”, reclama o parlamentar de Rondônia, um dos Estados com energia mais cara no Brasil.

Com atuação em diversos temas ligados ao setor elétrico, o deputado Léo Moraes foi escolhido como relator da MP 950, na Câmara dos Deputados. O texto, enviado pelo Executivo no dia 30 de abril, promove descontos em tarifas de energia elétrica para as classes de baixa renda e propõe auxílio financeiro via empréstimo ao setor. Além disso, Léo Moraes é membro da Comissão de Minas e Energia.

Dentre inúmeros projetos e requerimentos apresentados por ele na Câmara dos Deputados desde que tomou posse no cargo, também podem ser destacados a relatoria do PL 1.106/2020, que simplifica a inscrição no Programa de Tarifa Social da Conta de Energia e um pedido de instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar a ANEEL pela tomada de supostas decisões abusivas.

Presidente nacional do Podemos e autora de projetos que resultaram nas leis 13.718/18 (criminalização da importunação sexual) e 13.931/2019 (notificação em até 24 horas dos casos de suspeita ou confirmação de violência contra a mulher atendida nas redes pública e privada de Saúde), a deputada federal Renata Abreu (SP) pede atenção máxima às vítimas de violência doméstica durante o isolamento social por causa da pandemia do coronavírus.

“A quarentena deixa em situação de vulnerabilidade mulheres, crianças e idosos, porque estão convivendo mais tempo com os agressores, que encontram o ambiente propício para exercerem seu poder de intimidação”, diz a parlamentar.

Para Renata Abreu, o assunto é preocupante e não pode ser deixado de lado. “Enfrentar a pandemia é uma tarefa árdua que tem concentrado todos os esforços das autoridades. Mas a violência doméstica é crescente no Brasil e precisa receber atenção especial de todos, principalmente neste momento de quarentena.”

Renata Abreu pede atenção das autoridades judiciais e policiais e principalmente dos parentes e vizinhos. “A utilização dos canais conhecidos para fazer denúncia, como o 190 da PM, Disque 180, da violência doméstica, e o Disque 100, da violência infantil e do idoso, pode não estar acessível, já que a vítima está

confinada na mesma casa com o agressor. Por isso, é de fundamental importância a atenção redobrada dos vizinhos, amigos e familiares e a rápida ação dos órgãos competentes acionados”, orienta a deputada.

MEDIDAS PREVENTIVAS

Desde que foi estabelecida a quarentena no Estado de São Paulo, o Tribunal de Justiça de SP registrou redução de 43% dos pedidos de medidas protetivas de urgência de vítimas de violência doméstica. Em razão disso, o TJ lançou ontem (7 de abril) o canal online Carta de Mulheres (www.tjsp.jus.br/cartademulheres), que oferece ajuda às mulheres amparadas por medidas protetivas e que estejam sendo vítimas de violência agora. Vítima ou qualquer pessoa que queira ajudá-la acessa o formulário on-line e preenche os campos. Uma equipe especializada responderá com as orientações. São profissionais que trabalham na Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário (Comesp).

Na Capital paulista, aplicativo SOS Mulher (Google Play e App Store) é um caminho mais rápido para pedir socorro. Quem tem medida protetiva, só precisa apertar o botão por 5 segundos e imediatamente aciona a Polícia Militar. A viatura mais próxima é enviada rapidamente até o local de onde foi emitido o sinal por meio do celular.

RENATA ABREU PEDE ATENÇÃO REDOBRADA À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NA QUARENTENA

“A QUARENTENA DEIXA EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE MULHERES, CRIANÇAS E IDOSOS, PORQUE ESTÃO CONVIVENDO MAIS TEMPO COM OS AGRESSORES, QUE ENCONTRAM O AMBIENTE PROPÍCIO PARA EXERCEREM SEU PODER DE INTIMIDAÇÃO.”



EM CARNAÍBA, PODEMOS TERÁ GLEYBSON MARTINS NA DISPUTA PELA PREFEITURA

Encerrado o prazo de filiações, o Podemos segue firme ampliando o número de candidaturas próprias em todo o estado. Em Carnaíba, no Sertão do Pajeú, a legenda terá o atual presidente da Câmara de Vereadores, Gleybson Martins, como candidato a prefeito.

Presidente da sigla no estado, o deputado federal Ricardo Teobaldo reforçou a importância das candidaturas próprias do Podemos. “Nossas pautas políticas estão em sintonia com a sociedade, então é natural que tenhamos o maior número de candidaturas próprias possíveis. Em Carnaíba não será diferente. Gleybson será o candidato do Podemos no município. É uma candidatura importante para nós e vem suprir o sentimento de mudança presente na cidade”, destacou.

O vereador, e pré-candidato a prefeito, Gleybson Martins, falou do apoio recebido pela legenda. “Essa foi uma decisão amadurecida e tenho certeza de ter feito a escolha acertada, não apenas pelas garantias que recebemos de que vamos disputar as eleições, mas que apoiamos a nossa imagem a de quem tem ílibada reputação”, disse Gleybson Martins, referindo-se a Ricardo Teobaldo.

“NOSSAS PAUTAS POLÍTICAS ESTÃO EM SINTONIA COM A SOCIEDADE, ENTÃO É NATURAL QUE TENHAMOS O MAIOR NÚMERO DE CANDIDATURAS PRÓPRIAS POSSÍVEIS EM PERNAMBUCO. EM CARNAÍBA NÃO SERÁ DIFERENTE. GLEYBSON SERÁ O CANDIDATO DO PODEMOS NO MUNICÍPIO. É UMA CANDIDATURA IMPORTANTE PARA NÓS!”

EXPEDIENTE

LIDERANÇA DO PODEMOS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Líder do Podemos na Câmara dos Deputados:
deputado federal Léo Moraes (RO)

Presidente Nacional do Podemos: deputada federal Renata Abreu

Chefe de Gabinete: Fábio de Souza Oliveira

Direção Geral: Fernando Vieira

Jornalista Responsável: Alisson Esteves

Revisão Geral: Gabrielle Fernandes

Colaboradores: Danielle Soares, Danilo Oliveira, André Benício, Flávia Dias, Flávio Leite, Hevandro Soares, Lola Nicolás, Mariana Torres, Marília Jardim, Izadora Resende, Maura Mosquera, Tábita Marinho, Bruno Borges, Samuel Sudré, Saulo Rolim, Gabriel Tiveron, Thiago Bastos, Rafaella Panceri, Fabrício Carbonel, Sérgio Lima, Renato Marques, Robert Alves.



JUNTOS
PODEMOS

f /podemos19

👉 www.podemos.org.br

 **podemos**
CÂMARA